



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Centro de Artes, Humanidades e Letras
Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública

CLEIDE REGINA SANTOS DOS SANTOS

**BOLSA FAMÍLIA E A INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE MATERNA
SOBRE O APROVEITAMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIARIOS DO
MUNICIPIO DE CRUZ DAS ALMAS**

Cachoeira
2013

CLEIDE REGINA SANTOS DOS SANTOS

**BOLSA FAMÍLIA E A INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE MATERNA
SOBRE O APROVEITAMENTO ESCOLAR DOS BENEFICIARIOS DO
MUNICIPIO DE CRUZ DAS ALMAS**

Monografia apresentada ao Curso Superior Tecnológico em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof^a Dr.^a Maria Inês Caetano Ferreira

Cachoeira
2013

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por proporcionar saúde, disposição e força para enfrentar essa árdua caminhada, não me desamparando em nenhum momento da vida.

À minha família por acompanhar todas as minhas batalhas e pela vibração das conquistas. Em especial à minha mãe, esposo e filhos pela torcida e carinho sempre.

À minha orientadora que acreditou no meu potencial, acompanhando a minha caminhada, motivando-nos e o mais importante, compreendendo nossas dificuldades e limites humanos. Obrigada por ter acreditado no impossível, isso fez toda a diferença na minha vida pessoal e acadêmica.

E aos meus companheiros de pesquisa e boas risadas (Daniela, Joanna, Nailma, Ravena e Rafael), cada um procurando fazer o seu melhor, em benefício de um todo.

À minha querida e inesquecível turma do curso de Gestão Pública: o que passamos juntos foi riquíssimo e para sempre lembrarei com carinho de cada um de vocês.

Às minhas companheiras de lutas: Ana Paula, Ariadne, Deise, Joanna e Mariana, que Deus possa estar guiando os caminhos de vocês e com certeza colheremos bons frutos.

Não poderia esquecer também da minha amiga Silene, companheira fiel, em mais uma aventura acadêmica.

À Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, à todos os professores e em especial a Lys, Nelson e Siélia, obrigada pelo incentivo, aprendi muito com cada um de vocês.

Aos funcionários da UFRB e em especialíssimo à Adson, por ser além de humano: um excelente profissional, e ao Coordenador e professor do curso Jorge Antonio, pelo comprometimento com nossa turma e a cada aula procurou enriquecer nosso conhecimento, deixando sua grande contribuição acadêmica.

Procuro semear otimismo e plantar sementes de paz e justiça. Digo o que penso, com esperança. Penso no que faço, com fé. Faço o que devo fazer, com amor. Eu me esforço para ser cada dia melhor, pois bondade também se aprende. Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir."

(Cora Coralina)

SANTOS, Cleide Regina Santos dos Santos. Bolsa Família e a influência da escolaridade materna sobre o aproveitamento escolar das crianças beneficiárias do município de Cruz das Almas. 55 páginas.2013. Monografia – Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2013.

RESUMO

O presente trabalho analisa os efeitos da escolarização materna sobre o aproveitamento escolar dos beneficiados do Programa Bolsa Família no município de Cruz das Almas. Para acesso ao benefício é exigido o cumprimento das condicionalidades (saúde e educação), que no caso estudado foi direcionado para o cumprimento da condicionalidade educação considerando a matrícula e frequência dos beneficiários. O PBF criado na gestão do governo Lula, considerado o maior programa de transferência de renda da América Latina, direcionado para as famílias situadas abaixo da linha de pobreza. Essa iniciativa foi fruto da unificação de diversos programas pré-existentes, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás (cada um deles sob a tutela de um Ministério diferente na gestão FHC). Assim, foi realizada o levantamento dos dados referente, aprovação, reprovação e evasão dos estudantes beneficiários do Bolsa Família, comparando com o dos não beneficiários, procurando descobrir através das entrevistas com as mães beneficiárias quais os efeitos da escolaridade materna sobre o aproveitamento escolar desses beneficiários. Os componentes da pesquisa foram duas escolas do município, que atendem as séries iniciais do ensino fundamental, do segundo ao quinto ano, com base nas informações da ficha de matrícula, ata de resultados finais e projeto presença do ano de 2011. Assim, conclui-se que há efeitos da escolarização materna sobre o aproveitamento escolar dos beneficiários no município de Cruz das Almas, esses dados merecem ser aprofundados.

Palavras chave: Políticas públicas. Bolsa Família. Condicionalidades. Escolarização materna. Aproveitamento Escolar.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BF	Bolsa Família
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais
CF	Constituição Federal
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
FHC	Fernando Henrique Cardoso
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
NAF	Núcleo de Assistência às Famílias
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEAS	Secretaria de Estado de Assistência Social
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I	13
1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
1.1 A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A IMPORTÂNCIA DE SUAS CONDICIONALIDADES.....	13
1.1.1 A Importância do cumprimento da Condicionalidade para Educação ..	14
1.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL.....	16
1.2.1 A importância da família como eixo central no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil	18
1.2.2 A Importância da participação da família na escola	21
1.2.3 Transformações das Famílias como fator de mobilidade social.....	24
1.2.4 Impasses na escolarização das crianças de classes populares	25
CAPÍTULO II.....	29
2. METODOLOGIA.....	29
2.1 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS.....	30
2.1.1 Características da escolarização da população de Cruz das Almas	32
2.1.2 Caracterização dos dados da Aprovação, Reprovação e Evasão dos beneficiários e não beneficiários do PBF do Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa.....	36
2.2 DADOS REFERENTES À APROVAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E BENEFICIÁRIOS DO BF	37
2.2.1 Caracterização dos dados da Aprovação, Reprovação e Evasão dos beneficiários e não beneficiários do PBF da Escola Recanto Feliz	38
CAPÍTULO III	41
3 MÉTODO	41
3.1 ENTREVISTAS	42
3.1.1 Local	42

3.1.2 Participantes das entrevistas	43
3.1.3 Dificuldades para realização das entrevistas	43
3.1.4 Caracterização das entrevistadas.....	44
CAPÍTULO IV.....	50
4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	55

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa investiga os possíveis efeitos da escolaridade materna das beneficiárias do Programa Bolsa Família sobre o aproveitamento escolar das crianças, cuja frequência escolar é obrigatória para o recebimento do benefício. A pesquisa foi realizada no município de Cruz das Almas, situada no Recôncavo da Bahia.

No estudo foram realizadas entrevistas com três mães beneficiárias do programa BF, a fim de conhecer as reais dificuldades para o acesso à escolarização, bem como até que ponto essa escolarização contribui para o (in) sucesso dos seus filhos beneficiários do PBF.

O PBF foi criado na gestão do governo Lula e é considerado o maior programa de transferência de renda da América Latina, direcionado para as famílias situadas abaixo da linha de pobreza.

O objetivo do PBF é combater a miséria, a exclusão social e promover a emancipação das famílias mais pobres. Esta iniciativa foi fruto da unificação de diversos programas pré-existentes, tais como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás (cada um deles sob a tutela de um Ministério diferente na gestão FHC) é hoje vinculado ao único ministério, o MDS (Ministério do Desenvolvimento Social).

Compreende-se que as Constituições anteriores a Constituição Federal de 1988 não contribuíram para o acesso à escolarização das classes populares em nosso país. Neste contexto, é necessário discorrer sobre a história de acesso da escolarização a partir das Constituições e de que maneira os movimentos sociais firmaram esse direito.

Na década de 90 foram implantadas as primeiras experiências de transferência de renda no Brasil, iniciadas em 1995. Os municípios pioneiros foram Campinas (SP), Santos (SP), Ribeirão Preto (SP) e o Distrito Federal (DF), concretizando as possibilidades da adoção de políticas públicas de transferência de renda no contexto do Sistema de Proteção Social Brasileiro (SILVA, 2010).

Logo após é abordado o tema das políticas públicas vinculadas aos programas de transferência de renda em nosso país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que, no caso estudado, é o Programa Bolsa Família.

1.1 O Fortalecimento do direito à educação

Foram assegurados aos cidadãos os direitos sociais, através do art. 6º da Constituição Federal de 1988: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 64, de 2010).

O fortalecimento do direito à educação está alicerçado também no art. 205 da CF/ 88 que determina: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Os preceitos constitucionais criam um novo desafio para os governantes. Isso porque eles terão a responsabilidade e o compromisso de construir políticas públicas voltadas para a garantia de direitos essenciais, relacionados à concretização da cidadania.

Esta cidadania é definida por Marshall (1949, p. 76) como “um status concedido àqueles que são membros integrais de uma comunidade”, no qual “todos [...] são iguais com respeito aos direitos e obrigações”.

Outro fator importante com relação ao delineamento das políticas públicas, principalmente das políticas de assistência social, está relacionado à centralidade do atendimento às famílias, como previsto no art. 226 da CF/88. Este fato gera mudanças de paradigmas das políticas públicas envolvendo as famílias. Segundo o art. 226 “A família, a base da sociedade, tem especial proteção pelo Estado”.

“[...] sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social [...] pela participação (principalmente feminina) dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas”. (POTYARA, 2004, p. 29)

Esta assistência social é prevista, de forma explícita, na CF/88, no art. 203, principalmente nos parágrafos I, II e III, e na Lei nº. 8.742/93 - LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), principalmente ao tratar da proteção da família, do amparo das crianças e adolescentes e da promoção do trabalho. Estes atores sociais são os possíveis

beneficiários dos programas de transferência de renda, sendo tratado nessa pesquisa o Programa Bolsa Família.

Vale ressaltar que a proposta é de que os demandantes dessa assistência deixem de ser “clientes de uma atenção assistencial espontânea, assistemática para transformarem-se em sujeitos detentores de prerrogativas de proteção de vida pelo Estado” (POTYARA, 2004, p.99).

A Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS, promulgada em 1993, ajudou a consolidar na assistência social, os direitos do cidadão previstos na CF/88. Desta maneira, a assistência social definiu as seguintes diretrizes, previstas no seu art. 5º: “descentralização político-administrativa (Estados, Distrito Federal e Municípios), comando único, controle social e participação popular”.

Esta descentralização de poder e responsabilidades entre os entes federados possibilitam o melhor reconhecimento das necessidades de cada ente, permitindo a adequação do atendimento, considerando diferenças e especificidades. Assim, a política é ajustada à realidade local, contribuindo para que se alcance os objetivos centrais.

Na proposta de descentralização de responsabilidades, é o ente municipal na implantação das políticas públicas, principalmente as de transferência de renda, que desenvolve um papel essencial das ações estabelecidas pelo governo federal.

Souza (2001) ressalta que a capacidade decisória das políticas públicas não é transferida para as esferas subnacionais, mas apenas a delegação de responsabilidades.

1.2 A Educação Como Direito e exercício da cidadania

Atualmente, há novas pretensões educacionais para garantia de acesso à educação para todos, bem como o exercício da cidadania, porém, estas duas dimensões (cidadania e educação) buscam novos espaços de atuação junto aos entes federados, com a descentralização das responsabilidades, a fim de garantir por meio das políticas públicas, esses direitos sociais.

“Toda pessoa tem direito à educação” segundo a Declaração Universal de Direitos Humanos, da Organização das Nações Unidas (ONU), que entrou em vigor em 1948. Esta declaração ocupou-se particularmente da educação, como previsto no seu Art. 26, sendo este direito firmado há mais de 60 anos.

Neste processo de transformações, considerando as garantias sociais e

fundamentais, a CF/88 dispõe em seu art. 205:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Nas Constituições anteriores à de 1988 não havia um compromisso estatal com a educação pública brasileira, não se projetava a educação popular. Conservou-se nesta época um mecanismo de seletividade, ou seja, o Estado não se responsabilizava em garantir o direito da educação pública.

A Constituição Federal de 1934 rezava no seu art. 149 “[...] a educação é direito de todos e deve ser ministrado pela família e pelos poderes públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e estrangeiros domiciliados no país”.

Neste mesmo período, um grupo de intelectuais preocupados com o estado da educação pública no Brasil elaborou um plano geral para educação. Defendiam a bandeira de uma educação única, laica, obrigatória e gratuita promovida pelo Estado. Estes intelectuais elaboraram um programa de política educacional amplo e integrado chamado de *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, redigido por Fernando de Azevedo e assinado por vários conceituados educadores, como Anísio Teixeira.

Começaram, então, as transformações educacionais no país, pois, neste período, a escola não era para todos, como afirmou Anísio Teixeira: “[...] A escola era para a chamada elite. O seu programa, o seu currículo, mesmo na escola pública, era um programa e um currículo para privilegiados”. (TEIXEIRA, 1994, p. 29)

Já na Constituição de 1937, em seu art. 125, o texto tratava da educação como dever dos pais: “[...] a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever colaborando de maneira principal e subsidiária, para facilitar a sua execução de suprir as deficiências e lacunas da educação particular”.

A Lei nº 5.692, de 11 de janeiro de 1971, produziu impactos na reforma do ensino primário e secundário no país, pois substituiu a Lei de Diretrizes de Bases da Educação nº 4.024/1961, que garantia a educação primária (1ª à 4ª série). Freitag (2005) aponta três transformações importantes com a mudança da Lei, a saber: a extensão do ensino obrigatório de quatro para oito anos, gratuidade em escolas públicas e a redução do ensino médio de sete para três ou quatro anos, mudanças estas que podem ser

verificadas nos artigos 18, 20 e 22 da referida lei.

A partir da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), foram firmados outros compromissos internacionais e constitucionais para garantia da educação à todos, podendo-se destacar a Conferência de Jomtien, em 1990 (Ano Internacional da Alfabetização), na Tailândia, promovida pela UNESCO e outros organismos internacionais, tendo com meta primordial a revitalização do compromisso mundial de educar todos os cidadãos do planeta.

A Conferência de Jomtien contou com representantes governamentais de diferentes países, principalmente os que estão em desenvolvimento, caso do Brasil, tendo como patrocinadores e financiadores quatro organismos internacionais, a saber: a Organização das Nações Unidas para a Educação (UNESCO); o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); e o Banco Mundial (BM, 1995: XIII).

Para o Brasil, o grande marco para educação pública foi, sem dúvida, a CF/88, bem como a descentralização de responsabilidades para os entes federados, buscando em seus artigos corrigir, progressivamente, as grandes disparidades com relação ao acesso e garantir um padrão mínimo de qualidade de ensino, que fora negado aos cidadãos.

É de responsabilidade das três esferas do governo a oferta de educação básica, sendo definidas para os estados e municípios etapas de atuações prioritárias, caracterizando, assim, uma descentralização da Educação Básica, como a oferta de todas as modalidades e etapas da educação básica pública, LDB/Lei 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Além disso, assegurar a redistribuição das receitas (Estados, DF e municípios), contribuindo para a garantia da vinculação de recursos para educação nas três referidas instâncias, prevista no art. 69 da LDB, a saber:

A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, vinte e cinco por cento, ou o que consta nas respectivas Constituições ou Leis Orgânicas, das receitas resultantes de impostos, compreendidas as transferências constitucionais, na manutenção e desenvolvimento do ensino público.

Além do repasse das receitas para garantia do atendimento aos beneficiários, foi relevante reconhecer os elementos singulares dos beneficiários de Cruz das Almas e isso permitiu ter acesso a aspectos comuns e particulares da implementação do Programa Bolsa Família.

Desta maneira, foram abordados os seguintes pontos:

- Reflexão sobre a Implantação do programa de transferência de renda, em evidência o Bolsa Família no município de Cruz das Almas;
- Análise do papel da família no âmbito escolar constituindo-se como indicador da melhoria educacional;
- Investigação sobre os percentuais de aprovação, reprovação e evasão dos beneficiários do PBF;
- Análise dos efeitos da escolarização materna no aproveitamento escolar das crianças beneficiárias no município de Cruz das Almas; e
- Discussão e análise do papel da educação como instrumento de retorno ao impacto esperado por uma das condicionalidades (frequência escolar) do Programa Bolsa Família.

CAPÍTULO I

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A CRIAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: A IMPORTÂNCIA DAS CONDICIONALIDADES

Na década de 90 foram implantadas as primeiras experiências de transferência de renda no Brasil, iniciadas em 1995. Estes programas foram criados e financiados pelos próprios municípios (os municípios pioneiros foram Campinas [SP], Santos [SP], Ribeirão Preto [SP] e no Distrito Federal) na gestão de Fernando Henrique.

O governo de FHC pretendia constituir uma “Rede Social Brasileira de Proteção Social”, porém, os problemas de coordenação entre os diversos programas (Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação) romperam com essa ideia de renda social.

A gestão do governo Lula criou o PBF, que unificou os programas de transferência - Bolsa Escola, Auxílio Gás, Bolsa Alimentação e Cartão Alimentação -, implantados na gestão FHC e que foram centralizados no Ministério de Desenvolvimento Social (SILVA, 2010. p. 34).

“Isso demandou um complexo trabalho dos formuladores das políticas públicas, envolvendo sujeito de diversos interesses, ampliando diversas negociações políticas entre os sujeitos interessados, que nem sempre são conciliáveis” (SILVA, 2004. p. 43).

O PBF é considerado o maior programa brasileiro de transferência de renda condicionada, situando-se no sistema de proteção social básica. Foi criado em 20 de outubro de 2003 pela Medida Provisória nº 132, convertida na Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, para enfrentamento da fome e da pobreza, bem como a garantia de uma maior proteção ao grupo familiar, tendo como principais objetivos:

Combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos básicos-saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; Promover a inclusão social, contribuindo para emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram. (MDS, 2006, p.26)

Vale ressaltar que, entre os modos de garantir a inclusão social e a emancipação das famílias, destaca-se o acesso ao exercício do direito à educação, por meio de uma

das condicionalidades que é a frequência escolar imposta às famílias. Essa pesquisa trata, especificamente, da condicionalidade da educação.

1.1.1 A Importância do cumprimento da Condicionalidade para Educação

No caso estudado, foca-se na articulação da assistência monetária condicionada à educação, possibilitando às famílias beneficiadas a retirada de seus filhos da rua e de trabalhos penosos, garantindo o acesso à educação a estes beneficiários, como previsto no art. 205 da CF/88, permitindo, assim, a quebra do ciclo vicioso da reprodução da pobreza para essas famílias.

O Programa de Transferência de Renda com Condicionalidades, mais especificamente o Bolsa Família (PBF), foco deste estudo, constitui o principal programa de transferência de renda condicionada do governo federal e o maior da América Latina, tanto em orçamento quanto em cobertura (MDS 2006).

O PBF tem como escopo proporcionar proteção a todo grupo familiar e contribuir para seu desenvolvimento. Neste sentido está fundamentado em três dimensões relevantes. Primeiro, promover o alívio imediato da pobreza através da transferência direta de renda para os beneficiários. Segundo, acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de saúde, educação e assistência social por meio do cumprimento das condicionalidades. E, por fim, a inserção das famílias com outros programas complementares, que visa auxiliar e capacitar esses sujeitos de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

Outro aspecto fundamental que foi tratado neste trabalho está relacionado ao acompanhamento das condicionalidades através dos sistemas de informação, definidos pelo ministério da educação (censo escolar/projeto presença), transferindo essas informações no **Sicon** (Sistema de Condicionalidades do Programa Bolsa Família).

O SICON é uma ferramenta para o gerenciamento das condicionalidades do BF que permite o acompanhamento das condicionalidades nos estados e municípios para executar as seguintes ações, como:

- Consultar famílias com descumprimento das condicionalidades;
- Registrar e alterar recurso para o descumprimento quando ocorrerem erros, falhas ou problemas que ocasionem repercussão indevida;
- Deferir ou indeferir um recurso cadastrado;

- Registrar informações sobre o acompanhamento das famílias que tiveram descumprimento de condicionalidades. (MDS,2006)

As informações devem ser repassadas para o Sicon para não haver a suspensão do benefício, daí a exigência de uma maior capacidade gerencial para os municípios, a fim de evitar a interferência no atendimento do programa neste processo.

Destaca-se que, para garantir esses cumprimentos, o município assina um termo de adesão ao Programa comprometendo-se a ofertar adequadamente os serviços básicos previstos nas condicionalidades, porém, a legislação do programa não prevê ações de responsabilização e punição para os municípios inadimplentes.

Verifica-se que a família tem a responsabilidade pelo cumprimento das condicionalidades, desta maneira, esse programa representa um contingente importante de atendimento para a população com relação à oferta de serviços sociais (saúde, educação e trabalho).

Para os idealizadores do Programa Bolsa Família, as garantias promovidas pelas condicionalidades constituiriam uma forma de ampliar o exercício do direito à saúde e à educação (MDS,2006).

Partindo deste pressuposto, foram analisados os dados referentes à aprovação, reprovação e evasão das crianças inseridas no PBF de duas escolas municipais que atendem as séries iniciais do ensino fundamental no município de Cruz das Almas.

Após análise dos dados escolares foram realizadas as entrevistas com as mães beneficiárias do PBF a fim de conhecer os possíveis efeitos da escolaridade materna sobre o aproveitamento escolar das crianças beneficiárias no município de Cruz das Almas.

A "herança" familiar é, pois, também uma questão de sentimentos [...], e a influência, na escolaridade das crianças, da "transmissão de sentimentos" é importante, uma vez que sabemos que as relações sociais, pelas múltiplas injunções preditivas que engendram, são produtoras de efeitos de crenças individuais bem reais. (LAHIRE, 1997, p.173).

Segundo Thin (2006), o significado da escolarização para grupos de camadas populares está intrinsecamente ligado à compreensão do trabalho, categoria que se encontra na base do *ethos* que organiza sua vida.

Para Sarti (1996), a escolarização é como processo de produção de referências sociais tendo a escola, ou a forma escolar de socialização e transmissão de conhecimentos, como eixo articulador de seus sentidos e significados, principalmente

para os grupos de camadas populares.

Schultz (1988) descreve várias maneiras através das quais a estrutura educacional da família pode afetar os rendimentos dos indivíduos no mercado de trabalho. Crianças com pais mais escolarizados teriam um ambiente domiciliar mais favorável à absorção de conhecimentos e, com isso, os custos de aprendizagem seriam reduzidos, assim como a eficiência deste aprendizado seria aumentada.

Os estudos evidenciam que há uma relação entre capital escolar dos pais e chances de sucesso escolar dos filhos. Famílias mais escolarizadas têm mais capital cultural, e, desta forma, compreendem melhor o sistema educacional.

Entretanto, é preciso reconhecer que o alcance de tal objetivo exige a implementação de mecanismos consistentes de acompanhamento social das famílias beneficiárias no sentido de promover oportunidade de inclusão social e inserção no mercado de trabalho desses beneficiários.

Por isso, as responsabilidades dos entes municipais são maiores, pois, além do acompanhamento dessas condicionalidades por meio de uma gestão multiprofissional, terão que proporcionar aos seus cidadãos a garantia de acesso e a qualidade para o atendimento dessas condicionalidades.

1.2 O PAPEL DA FAMÍLIA NA REPRODUÇÃO SOCIAL

A família vem reafirmando que o seu papel social extrapola o âmbito da unidade familiar (casa), além da sua multiplicidade de funções, pois a família conclui Burke :

Não é apenas uma unidade residencial, mas também [...] uma unidade econômica e jurídica. Ainda mais importante, é uma comunidade moral, no sentido de um grupo com o qual os membros se identificam e mantêm envolvimento emocional [...]. Essa multiplicidade de funções coloca problemas porque as unidades econômica, emocional, residencial e outras podem não coincidir.

Segundo os estudos de Sarti (1996), as famílias pobres e vulneráveis da contemporaneidade trazem consigo as características das épocas anteriores, principalmente com relação às famílias monoparentais.

A análise sobre o papel da família é, portanto, uma construção social que vem se modificando segundo as épocas, permanecendo, no entanto, os laços entre esses sujeitos que se chama de “sentimento de família” (AMARAL, 2001).

Estes laços se formam a partir de uma rede de emoções, culturas, atitudes, ações que compõem o universo familiar. A família é fundamental para garantia da educação formal e informal, pois no seu espaço são ensinados e absorvidos os valores éticos, morais e culturais, e é onde se aprofundam os laços de solidariedade, respeito e fraternidade.

A família é espaço indispensável para a garantia da sobrevivência e da proteção integral dos membros que a compõem, principalmente dos filhos, pois independe do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. Para Kaloustian e Ferrari (1994), a família é responsável pela garantia de sobrevivência de seus membros.

Porém, para entender e atender as famílias do projeto de pesquisa que são beneficiárias do Programa BF no município de Cruz das Almas é fundamental que as mesmas se percebam como produtos e produtores de seu meio, da sua própria história.

Nesta perspectiva, acredita-se na possibilidade de alterações à realidade de vida dessa população a partir do trabalho [...] entendendo as famílias como sujeitos ativos na construção de seus caminhos e de sua história. Ao mesmo tempo, reconhecem-se as marcas dessas famílias, resultantes da história e realidade vividas, bem como, em muitos momentos, a necessidade de transformações objetivas e concretas que permitam outras mudanças substanciais na vida dessa população. (CARDOSO, 2005, p. 20).

As reflexões de Bernard Lahire (1997), Pierre Bourdieu (1998) e Daniel Thin (2006) apontam relações entre desigualdades social, econômica e cultural nas famílias populares e seus elevados índices de fracasso escolar.

Para Thin (2006a), outra característica marcante na relação entre as famílias de camadas populares e a escola diz respeito às diferenças entre as lógicas socializadoras familiares e escolares. Diante do exposto sobre a importância do capital cultural familiar para o sucesso escolar das ações escolares, as contribuições de Thin (2006a, 2006b) são relevantes, pois, para este autor, somente o capital cultural não permite resumir a diversidade e a complexidade das práticas culturais e educativas.

Sabe-se que a literatura destaca que as diferenças de acesso à cultura e de sua aquisição pelos grupos sociais conferem aos mais privilegiados um poder real e simbólico.

Esses sujeitos privilegiados apresentam os melhores desempenhos escolares, visto que dispõem de acesso aos mais variados sistemas de rede social, econômico e cultural, diferente dos alunos oriundos das classes populares.

É importante destacar que aquisição do capital cultural pode advir de outras

estratégias (leitura de jornais e revistas, programação televisiva, palestras, viagens ou pela internet).

Essas estratégias podem de alguma forma, contribuir para esta aquisição, e, por este motivo, a escola para as famílias populares é de extrema importância para aquisição do capital cultural e social.

Bernard Lahire contribuiu com seus estudos por considerar o uso prático dos recursos construídos, consciente ou inconscientemente, como um capital cultural, para essas famílias populares.

Thin (2006) nos leva a compreender essas relações naquilo em que elas são urdidadas por dissonâncias e tensões entre lógicas socializadoras divergentes, até mesmo contraditórias, e, finalmente, como o lugar de uma confrontação desigual entre dois modos de socialização: um escolar e dominante; o outro, popular e dominado.

1.2.1 A importância da família como eixo central no desenvolvimento das políticas públicas no Brasil

Os movimentos sociais e as comemorações e discussões entre os países nos anos internacionais efetivamente colaboram para iniciativas, e, conseqüentemente, para geração de políticas públicas.

Foi em uma destas comemorações que, no ano de 1994, foi proclamado, pela UNICEF, o Ano Internacional da Família, destacando durante as comemorações do ano internacional da família toda a sua diversidade, multiplicidade, declarando a família como a pequena democracia no coração da sociedade.

O tema foi: "Família, Capacidades e Responsabilidades num Mundo em Transformação" consagrando o dia 15 de Maio como o Dia Internacional da Família.

A Constituição Federal de 1988 assegura no art. 226 a proteção à família, cabendo esta responsabilidade ao Estado: "A família, a base da sociedade, tem especial proteção do Estado". Complementando esta proteção, no inciso 8º a CF/88 destaca que: "O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações".

É preciso lançar luz sobre o modo como a família vem desempenhando esse novo papel que lhe está sendo atribuído. Primeiramente precisamos entender que a instituição familiar, segundo Potyara (2004, p. 29):

[...] sempre fez parte integral dos arranjos de proteção social brasileiro [...] pela participação (principalmente feminina) dos membros da unidade familiar nas tarefas de apoio aos dependentes e na reprodução de atividades domésticas não remuneradas.

A família deve ser compreendida no contexto em que vive, lembrando que cada família possui seus costumes e valores, e que a família está em constante movimento de transformação. Além disso, pode-se afirmar que a família reflete as mudanças sociais e paralelamente atua sobre elas, ocupando um importante papel no movimento da sociedade.

É imprescindível que no desenvolvimento das políticas públicas sejam considerados a concepção de família e seus significados para os sujeitos que dela fazem parte, além da própria concepção moral do código familiar entre pais e filhos.

Sarti (1996, 46) “assegura que a família continua sendo o elo entre o indivíduo e a sociedade”. Segundo a autora, a diversidade das configurações familiares cria dificuldades para a formulação coerente e consistente de uma política social voltada para essa instituição.

Sendo assim, as condições (culturais, sociais, econômicas) das famílias das classes populares estão relacionadas desde o número e características de seus componentes (sexo, idade, instrução educacional, qualificação profissional, entre outros).

É na sua posição no grupo doméstico (cônjuge, chefe, filhos) onde estão definidos socialmente os papéis de cada membro. Desta maneira, é necessário inicialmente se ter a noção de família como uma “categoria nativa”- de acordo com o sentido a ela atribuído por quem a vive. (SARTI, 1996)

Focar as ações das políticas públicas no grupo familiar é essencial, pois estudos realizados por Carvalho (2004) e Draibe (1994) apontam que a reprodução social dos membros que compõem o grupo familiar tem a família como influência nesse processo.

Além disso, as autoras recomendam que a reforma das políticas, os programas sociais (PETI, BF, entre outros) e as ações governamentais tenham como eixo central a família, além disso, as condicionalidades dos programas sociais são de suma importância para a garantia da quebra do ciclo vicioso da pobreza.

A centralidade no atendimento da família na política de assistência social destaca especificamente que a mudança de paradigma ocorrida na Assistência Social, a partir da

Constituição Federal de 1988, foi de sua importância para garantia de atendimento ao núcleo familiar.

A promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), em 1993, apresenta no seu contexto a transição do assistencialismo para a assistência social como direito de todo cidadão.

Na mesma década de 90 os múltiplos problemas sociais passaram a ser enfrentados pela multiplicação de políticas e programas setoriais, emergenciais e isolados, pelos diversos entes federativos sem uma articulação entre os diversos programas e sem uma coordenação (COHN, 2000).

Aliado a essa rede social articulada em 2000, foi criado o Programa Brasil em Família, a fim de promover uma parceria entre o governo federal (através da Secretaria de Assistência Social – Seas do Ministério da Previdência e Assistência Social), os governos estaduais e municipais para a instalação e manutenção de Núcleos de Apoio à Família (NAF), conforme a proposta oficial (BRASIL, 2001a).

Esses núcleos de apoio à família deveriam desenvolver ações integradas no combate à pobreza, com múltiplas atribuições. Sendo o seu principal objetivo estimular a inclusão social de famílias de baixa renda, através de atendimento, orientação, encaminhamento, suporte social e visitas domiciliares, através dos membros do NAF.

O NAF foi criado em 2001, sendo visto como projeto piloto, e extinto. Em 2003 foi lançado o “novo” Plano Nacional de Atendimento Integral à Família – PAIF. Em 2004, o Plano foi aprimorado e adequado às diretrizes da Política Nacional de Assistência Social - PNAS, instituindo-se o “Programa de Atenção Integral à Família” (Portaria nº 78 de 08/04/2004), que se tornou a principal referência para o usuário do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Por meio do Decreto nº 5.085, de 19/05/2004, o PAIF tornou-se “ação continuada da assistência social”, sendo sua oferta obrigatória e exclusiva nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. (MDS, 2009)

O PAIF é uma estratégia do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para integração dos serviços sócio-assistenciais e dos programas de transferência de renda, criando uma rede entre os serviços, programas e projetos.

Neste programa, as famílias pertencentes ao BF têm atendimentos prioritários, com o intuito de se prevenir situações de risco e que possam de alguma forma contribuir para o descumprimento de alguma das condicionalidades.

O PAIF busca o conhecimento, o acompanhamento e o monitoramento das famílias. Assim, a articulação entre PBF e PAIF associa transferência de renda a um trabalho socioeducativo (BRASIL, 2006b).

As ações complementares, juntamente com as condicionalidades, são vistas como “portas de saída”, permitindo romper com a dependência que uma medida assistencialista poderia gerar (BRASIL, 2006).

1.2.2 A Importância da participação da família na escola

Destaca-se a importância do estreitamento das relações entre a escola e a família, baseando-se na reciprocidade, na troca de experiências e acompanhamento da educação das crianças envolvendo as expectativas de ambas as instituições sociais.

A Constituição Federal de 1988 dá mais obrigações do que direitos às famílias, pois no art. 205 alicerça que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Já o art. 227 da CF/88, enfatiza que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

O artigo 229 da CF/88 estabelece que “Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores [...]”.

Mas, como as famílias populares poderão assegurar aos seus filhos tais deveres, visto que as mesmas necessitam das políticas sociais para garantia de sobrevivência de seus entes, ou sem ter tido a experiência da relação com a escola?

Assim, este trabalho pretende dar continuidade às reflexões dos autores citados, produzir novos conhecimentos sobre esse tema, a partir do estudo de caso de Cruz das Almas.

Além da reflexão sobre a relação família-escola, é fundamental reforçar a importância de se estabelecer uma parceria produtiva entre estas duas instituições. Se,

por um lado, a família, em suas novas configurações, não pode ser considerada como a única responsável pelo (in) sucesso escolar de crianças e jovens, por outro lado, é razoável supor que sua aproximação com a escola poderá contribuir para o aprendizado de seus filhos.

Em uma realidade escolar como a do Brasil, marcada por inúmeras deficiências, principalmente com relação ao acesso à escolarização dos seus cidadãos, não se pode comprometer - ou responsabilizar - as famílias com o acompanhamento escolar de seus filhos, isso pode se revelar como mais uma das (im) possibilidades de melhoria da qualidade de ensino em nosso País.

Carvalho (2000) levanta uma questão muito interessante, afirmando que se insistirmos no discurso de que a família tem de dar assessoria, tem de ajudar em casa, como ficam aquelas famílias cujas mães não têm essa possibilidade, não têm cabedal cultural para isso e nem disponibilidade de tempo? Então, essas crianças estariam fadadas ao insucesso escolar? Em uma sociedade que, atualmente, defende a participação intensa da família na escola, as crianças cujas famílias não se enquadram nessa expectativa, certamente sofrem consequências negativas por parte dos professores.

Para Carvalho (2000), o aluno deve ser preparado de acordo com o seu contexto e a escola deve aprender a conviver com as diferenças e as constantes mudanças familiares. Também (o aluno) deve participar ativamente destas mudanças, ou seja, promover transformações em sua forma de atuação, a fim de que saiba lidar tanto com a família que tem tempo disponível para uma participação maior como com aquela cujos pais não têm tempo, pois é importante considerar que esta tem preocupações similares à daquela.

Além disso, Thin (2006, p. 212) destaca nos seus estudos que:

[...] as relações entre as famílias populares e a escola, é preciso levar em conta o fato de que essas relações colocam em jogo maneiras de estarem com as crianças, maneiras de examinar as aprendizagens, maneiras de comunicar, ou, ainda, maneiras de regular os comportamentos infantis ou juvenis.

Estudos têm demonstrado os efeitos da importância da participação dos pais na escola para o desempenho escolar, mas a participação dos pais não deve ser vista como aquela que assegura o bom desempenho de seus filhos, visto que foi negado à maioria desses pais das famílias populares o acesso à educação e o direito de se escolarizar.

O desenvolvimento escolar do aluno é um processo que se evolui na escola e com a participação da família e não se deve colocar a garantia deste aprendizado exclusivamente na família.

Autores como Allen e Fraser (2002) relatam que a presença dos pais na vida escolar é importante tanto para os alunos quanto para a escola. Por isso, é imprescindível o vínculo da família com a escola, pois, segundo estes autores, é necessário entrelaçar essas relações, principalmente durante a realização das reuniões, pois nesse contexto que há a possibilidades de estreitamento dessa relação família e escola.

Desta forma, os pais ou responsáveis tornam-se conscientes de sua importância para o desempenho escolar de seus filhos, principalmente quando estes pais percebem a preocupação por parte da escola e dos professores com a educação de seus filhos. Com isso, eles desenvolvem uma relação de confiança em relação à escola.

Na construção do desempenho escolar, a qualidade da escola é tão importante quanto à valorização do conhecimento escolar por parte dos pais, pois tanto uma quanto a outra influenciam nas condições de sucesso/insucesso escolar. Sheldon e Hopkins (2002) registram que a maioria das famílias acredita que a reprovação e o insucesso de seus filhos devem-se à própria deficiência da criança relacionada a causas orgânicas, mentais e motivacionais.

Para Goddard, Tschannen e Hoy (2001), os pais de famílias desfavorecidas diante do insucesso escolar do filho, sentem-se desarmados e não questionam julgamentos, aceitam com resignação, acham que os problemas estão nos filhos e não na instituição escolar.

Thin (1998) ressalta este sentimento das famílias populares e as relações naquilo em que elas são urdidadas por dissonâncias e tensões entre lógicas socializadoras divergentes, até mesmo contraditórias, e, finalmente, como o lugar de uma confrontação desigual entre dois modos de socialização: um escolar e dominante; o outro, popular e dominado.

Para ajudar as famílias carentes no acompanhamento do desempenho escolar de seus filhos na escola pública, o MEC (Ministério da Educação) instituiu o Dia Nacional da Família na Escola e publicou, no ano de 2002, a cartilha *Educar é uma tarefa de todos nós*. Esta cartilha trata-se de um guia para a família participar, no dia-a-dia, da educação de seus filhos (Brasil, Ministério da Educação, 2002), seguindo uma tendência

global de política educacional neoliberal de formalização da participação dos pais na escola.

A participação da família (pais) na educação escolar (comparecer nas reuniões escolares, monitoramento do dever de casa), requer certas condições básicas (social, cultural, econômica, entre outros), mas será que as famílias populares podem assumir sozinhas tais responsabilidades?

Para responder a esta pergunta é necessário se compreender também e talvez desmistificar as "famosas" causas externas desse fracasso escolar, como se essas famílias populares fossem acomodadas e os pais não se interessassem pela escolarização de seus filhos. Foi através das entrevistas com as três mães beneficiárias do PBF que foi possível comprovar que há uma preocupação na escolarização e que elas buscam meios para garantir o aprendizado dessas crianças.

1.2.3 Transformações das Famílias como fator de mobilidade social

As crianças podem compartilhar as trajetórias de suas famílias, face às dificuldades e possibilidades sociais, econômicas e culturais imersas quanto à origem social da qual fazem parte.

O espaço social (família e escola) a qual as crianças fazem parte pode possibilitar conquistas, desafios, perdas e ganhos que podem ser cumulativos e contribuir para o acúmulo ou diminuição da herança cultural que são fundamentais em termos para garantia das posições sociais.

Do ponto de vista de Bourdieu (1997), o capital cultural é um elemento da bagagem familiar que teria o maior impacto na definição do destino escolar.

Um segundo problema apontado pelos críticos na teoria das classes sociais de Bourdieu ou, mais amplamente, em sua teoria do espaço e das posições sociais, diz respeito aos processos de formação e de transmissão do *habitus* familiar.

Esse *habitus* não seria formado necessariamente na direção que se poderia imaginar, dadas às condições objetivas, e nem seria transmitido aos filhos de modo automático – por "osmose", como dizia Bourdieu (1998). Lahire (1995) observa que é necessário estudar a dinâmica interna de cada família, as relações de interdependência social e afetiva entre seus membros, para se entender o grau e modo como os recursos disponíveis (os vários capitais e o *habitus* incorporado dos pais) são ou não transmitidos

aos filhos.

A transmissão do capital cultural e das disposições favoráveis à vida escolar só poderia ser feita por meio de um contato prolongado, e afetivamente significativo, entre os portadores desses recursos (não apenas os pais, mas outros membros da família) e seus receptores. Esse tipo de contato, no entanto, dado as dinâmicas internas de cada família, nem sempre ocorreria.

Na mesma direção, Singly (1996) observa que a transmissão da herança cultural depende de um trabalho ativo realizado tanto pelos pais quanto pelos próprios filhos e que pode ou não ser bem sucedido.

Contrapondo-se à imagem do herdeiro que passivamente recebe uma bagagem familiar privilegiada, Singly observa que a apropriação da herança é fruto de um processo emocionalmente complexo e de resultados incertos (há sempre a possibilidade de dilapidação da herança), de identificação e de afastamento do jovem em relação a sua família.

1.2.4 Impasses na escolarização das crianças de classes populares

Segundo os estudos realizados sobre universalização do acesso à educação em nosso país, a partir da Constituição Federal de 1988 caminha-se para a quase universalização da escolarização das crianças a partir dos 6 anos de idade, tomando como ponto de partida a lei nº 11.274 (BRASIL, 2006), sancionada em 6 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a expansão da duração de 8 anos para 9 anos para o Ensino Fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.

A expansão deste nível de ensino está contida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 9.394/96 (BRASIL, 1996), e no Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº. 10.172 (BRASIL, 2001), da garantia de acesso.

Foi enviado em 15 de dezembro de 2010 o novo PNE para vigorar de 2011 a 2020, porém não ainda não foi aprovado. O novo PNE apresenta dez diretrizes objetivas e 20 metas, seguidas das estratégias específicas de concretização. Metas do PNE preveem as estratégias para acompanhamento e monitoramento e seguem o modelo de visão sistêmica da educação estabelecido em 2007 com a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Tanto as metas quanto as estratégias premiam iniciativas para todos os níveis, modalidades e etapas educacionais.

Além disso, há estratégias específicas para a inclusão de minorias, como alunos com deficiência, indígenas, quilombolas, estudantes do campo e alunos em regime de liberdade assistida.

Além da criação do PNE em 2001, outro importante acontecimento para acesso à educação foi à ampliação do ensino fundamental, visto que até dezembro de 1996 o ensino fundamental esteve estruturado nos termos previstos pela Lei Federal nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.

Esta lei definia as diretrizes e bases da educação nacional, estabeleceu como objetivo geral, tanto para o ensino fundamental (primeiro grau, com oito anos de escolaridade obrigatória) quanto para o ensino médio (segundo grau, não obrigatório), visando proporcionar aos educandos a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades como elemento de auto realização, preparação para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania.

Segundo Patrícia Corsino (2007) a expansão da duração do ensino fundamental de 8 (oito) para 9 (nove) anos e com isso a obrigatoriedade da criança de 6 (seis) anos estar no 1º ano do ensino fundamental é uma conquista histórica, pois as crianças das classes populares terão a oportunidade de frequentarem a escola:

[...] a ampliação do ensino fundamental para nove anos, que significa bem mais que a garantia de mais um ano de escolaridade obrigatória, é uma oportunidade histórica de a criança de seis anos pertencente às classes populares ser introduzida a conhecimentos que foram fruto de um processo sócio-histórico de construção coletiva. (BRASIL, 2007, p. 61-62).

Nas metas e estratégias do PNE 2011/2020, a Meta 2 dispõe: “Universalizar o ensino fundamental de nove anos para toda população de 6 a 14 anos” e a estratégia 2.2 da mesma meta:

Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração, a frequência e o apoio à aprendizagem.

Esse acompanhamento e monitoramento do PBF são realizados pelos municípios, como foi o caso acompanhado no município de Cruz das Almas. O monitoramento com relação à frequência escolar é realizado através da ficha de acompanhamento do projeto presença.

Nesta ficha exige-se que a escola informe a frequência dos alunos beneficiários

do PBF, exigindo que, para os anos iniciais do ensino fundamental (faixa etária entre 6 a 15 anos), os estudantes tenham frequência mínima de 85%.

Essa ficha de acompanhamento da frequência escolar, segundo a gestora do projeto presença da Secretaria Municipal de Educação, é encaminhada de dois em dois meses para as escolas a fim de que as mesmas acompanhem a frequência das crianças e jovens beneficiados e caso haja o descumprimento colocar a causa para posterior encaminhamento ao CRAS, CREAS ou a Secretaria de Ação Social a fim de evitar a suspensão do benefício e verificar as possíveis dificuldades desses beneficiários.

Neste mesmo contexto, para garantia de acesso a educação, foram criados dois mecanismos de financiamento da educação que redistribuí aos entes federados os recursos oriundos de impostos desde 1996, com a finalidade de enfrentar as mudanças educacionais em nosso país, são eles: o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério) e o FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), garantindo o acesso, assim com os programas sociais, mais especificamente o PBF.

A comparação entre os princípios e os fundamentos do FUNDEF e do FUNDEB leva em consideração de que há um anacrônico com relação às necessidades da educação básica brasileira (acesso/qualidade). Esse anacronismo ocorre quando os dois fundos são definidos a partir da expansão dos recursos financeiros atrelados às matrículas (garantir a distribuição dos recursos de manutenção, valorização e desenvolvimento do ensino), porém, negligência com relação à qualidade da educação como seu fundamento.

Essas considerações são importantes para que se entenda como as políticas educacionais estão articuladas, por isso que o financiamento para educação brasileira continua sendo objeto de grande interesse de estudos e principalmente para os formuladores de políticas públicas em nosso país. Este interesse se reflete pelas limitações que o sistema de ensino vem enfrentando mesmo após as mudanças administrativas e fiscais promovidas pela Constituição de 1988.

Percebe-se que esse é um ponto positivo para educação básica no Brasil. Esses acontecimentos foram de grande importância para melhoria do acesso e a universalização da educação no país, pois, nos períodos anteriores, não havia um

atendimento universal para todos, bem como não existia o atendimento a todas as modalidades e etapas da educação pública.

CAPÍTULO II

2 METODOLOGIA

Este estudo incorporou algumas das características básicas das pesquisas qualitativas, configuradas por Bogdan (1994), como sendo aquelas que buscam os dados no ambiente natural; são mais descritivas; preocupam-se mais com o processo, do que com o produto; analisam os dados de forma indutiva e se ocupam em saber o sentido que as pessoas dão às suas vidas. Vale ressaltar que, além dos procedimentos qualitativos, alguns dados numéricos serão também utilizados como suporte para a análise qualitativa da pesquisa.

As colocações de Falcão e Régnier (2000, p. 232) podem pautar nossa compreensão do papel da quantificação na pesquisa educacional. Esses autores destacam que a análise de dados quantitativos constitui-se em um trabalho que propicia “a informação que não pode ser diretamente visualizada a partir de uma massa de dados, poderá sê-lo se tais dados sofrerem algum tipo de transformação que permita uma observação de um outro ponto de vista”. Complementam que “a quantificação abrange um conjunto de procedimentos, técnicas e algoritmos destinados a auxiliar o pesquisador a extrair de seus dados subsídios para responder à(s) pergunta(s) que o mesmo estabeleceu como objetivo(s) de seu trabalho”.

O problema de pesquisa se expressa através dos seguintes questionamentos: como se deu (ou se dá) o processo de escolarização das mães beneficiárias do PBF no município de Cruz das Almas? Quais os possíveis efeitos desta escolarização no desempenho dos filhos na escola?

O estudo foi constituído com base em dados referente à ficha de matrícula, Ata de resultados finais e relatório do Projeto Presença do ano de 2011, onde foram analisadas as taxas de aprovação, reprovação e evasão dos beneficiários e não beneficiários do PBF.

Estes dados foram coletados na Secretaria Municipal de Educação e nas duas escolas municipais (Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa e Escola Recanto Feliz) do município de Cruz das Almas, objetos de estudo desta pesquisa.

Além disso, foram utilizadas as informações e publicações do IBGE e MEC sobre aprovação, reprovação, distorção idade/série e evasão, dentre outros, para que

fossem confrontadas com os dados coletados nas escolas pesquisadas.

Os dados acima serviram de parâmetros para articular as entrevistas com as três mães beneficiárias do BF. Durante a entrevista, solicitou-se oralmente a autorização, bem como abordou-se sucintamente o objetivo da pesquisa.

Na verificação da frequência dos beneficiários do BF, observou-se que na caderneta de frequência escolar havia um quantitativo expressivo de faltas (não comparecimento às aulas) desses sujeitos, porém, ao confrontar essas informações com o relatório do Projeto Presença (acompanhamento do cumprimento da condicionalidade referente à frequência escolar), percebeu-se que a maioria não cumpria com a frequência de no mínimo 85%, determinada pelo programa para os beneficiários entre 6 a 15 anos de idade. Este fator indica falhas no monitoramento.

Tendo como principal referência os questionamentos acima, esta pesquisa buscou analisar a trajetória de vida escolar e as experiências de escolarização das mães beneficiárias do PBF no município de Cruz das Almas.

O conceito de trajetória ocupa uma posição de destaque neste estudo. Assim como também na versão utilizada por Nogueira (2002), a definição sociológica do termo trajetória é direcionada para o campo educacional e entendida como o percurso biográfico da escolaridade dos sujeitos pesquisados.

2.1 CARACTERIZANDO O MUNICÍPIO DE CRUZ DAS ALMAS

O interesse da pesquisa sobre o “Bolsa Família e a influência da escolaridade materna sobre o aproveitamento escolar das crianças beneficiárias no município de Cruz das Almas”, foi motivado pela pesquisa de pós-doutoramento da Prof. Dr^a Maria Inês Caetano Ferreira sobre: "A implementação do Bolsa Família: os desafios da gestão democrática" impactos do Bolsa Família junto aos beneficiários.

O município de Cruz das Almas se localiza no Território de Identidade do Recôncavo da Bahia. A população em 2010 era de 58.606 habitantes, segundo dados do MDS, a partir da base do IBGE. A maior parte da população é urbana (85,12%). Abaixo, algumas tabelas indicam a realidade social de Cruz das Almas em relação ao estado da Bahia.

Tabela 1 - População residente por situação de domicílio (em %) – 2010

	Total	Urbano	Rural
Bahia	14.016.906	72,1	27,9
Cruz das Almas	58.606	85,1	14,3

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE.

Tabela 2 - Distribuição da população extremamente pobre por situação de domicílio (em %) - 2010

	Total	Urbano	Rural
Bahia	17,2	11,1	32,9
Cruz das Almas	11,2	9,3	21,9

Fonte: MDS/Censo Demográfico 2010/IBGE.

As informações do CadÚnico, publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, sobre o Programa Bolsa Família em Cruz das Almas, ano 2012, são as seguintes:

- População Total (Censo) - 58.606
- Estimativa de famílias pobres - 9.352
- Total de famílias cadastradas - 8.352
- Total de famílias com rendimento per capita de meio S.M. - 5.430
- **Condicionalidades**
- Total de famílias com perfil educacional (6-15 anos) - 5.518
- Total de famílias com perfil educacional (16-17 anos) - 478
- Total com perfil saúde (crianças até 7 anos, mulheres 14-44 anos) - 3.802
- Total de famílias acompanhadas educação (6-15 anos) - 4.493
- Total de famílias acompanhadas educação (16-17 anos) - 369
- Total de famílias acompanhadas saúde - 2.804
- Total de famílias com repercussão descumprimento - 11
- Total de famílias com registro de acompanhamento - 0

2.1.1 Características da escolarização da população de Cruz das Almas

Tabela 3 – População de Cruz das Almas

População	Cruz das Almas
População (2010)	58.606
População em idade escolar (2010)	13.670
PIB (R\$ 1.000,00) (2008)	R\$ 338.526,06
Renda Média (R\$) (2000)	R\$ 159,01
IDH (2000)	0,723

Fonte: IBGE

Tabela 4 – População em idade escolar

População em Idade Escolar	Cruz das Almas
0 a 3 anos (2010)	3.130
4 a 6 anos (2010)	2.582
7 a 14 anos (2010)	7.708
15 a 17 anos (2010)	3.380
Total 4 a 17 anos (2010)	13.670

Fonte: IBGE, 2010

Tabela 5 - Matrículas escolares do Município de Cruz das Almas 2011

Matrícula 2011	Cruz das Almas
Creche (2011)	601
Pré-Escola (2011)	1.349
Ens. Fundamental - anos iniciais (2011)	4.952
Ensino Fundamental - anos finais (2011)	4.656
Ensino Médio (2011)	2.911

Fonte: MEC/INEP, 2011

Comparando os dados (tabelas 1 e 2) da população em idade escolar (IBGE, 2010) com as matrículas escolares do ano de 2011, percebe-se que, mesmo com a garantia obrigatória de acesso às séries iniciais e finais do ensino fundamental a partir dos 6 anos de idade, existem ainda uma quantidade expressiva da população de Cruz das Almas excluída da escola.

Tabela 6 - Taxa de reprovação do município de Cruz das Almas e das escolas municipais

Taxa de Aprovação	Cruz das Almas
Ensino Fundamental - anos iniciais (2011)	78,20%
Ens. Fundamental - anos finais (2011)	76,40%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2011.

Tabela 7 – Comparação das taxas de aprovação das escolas pesquisadas

Escolas	Taxa de Aprovação
Grupo Escolar Maria Peixoto Ensino Fundamental - anos iniciais (2011)	69,30%
Escola Recanto Feliz Ensino Fundamental - anos iniciais (2011)	81,80%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2011

Analisando as taxas de aprovação do município relacionando com taxas das escolas municipais pesquisadas há percentual de aprovação de **3,6% maior** na Escola Recanto Feliz que a do próprio município, porém a taxa de aprovação do Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa é **menor 8,9%** do que a do município de Cruz das Almas

Tabela 8 - Taxa de reprovação do município de Cruz das Almas e das escolas municipais

Taxa de Reprovação	Cruz das Almas
Ensino Fundamental - anos iniciais (2010)	18,10%
Ens. Fundamental - anos finais (2010)	22,30%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2010

Tabela 9 – Comparação da taxa de reprovação das escolas pesquisadas

Escolas	Taxa de Reprovação
Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa Ensino Fundamental - anos iniciais (2010)	23,70%
Escola Recanto Feliz Ensino Fundamental - anos iniciais (2010)	19,80%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE

A taxa de reprovação da Escola Recanto Feliz é **2,5% menor** comparada com a do município de Cruz das Almas, porém o Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa tem uma taxa de **1,4% maior** que a do município.

A repetência afeta o processo de escolarização e o aprendizado dos alunos, sendo responsável diretamente pela defasagem idade-série, pela evasão escolar e pelo afastamento do aluno de seus colegas de referência e de seu grupo etário (LEON, MENEZES-FILHO, 2002; BONAMINO, FRANCO, FERNANDES, 2005).

Tabela 10 - Taxa de Abandono do município de Cruz das Almas e das escolas municipais

Taxa de Abandono	Cruz das Almas
Ensino Fundamental – anos iniciais (2010)	3,20%
Ensino Fundamental – anos finais (2010)	5,70%
Ensino Médio (2010)	14,30%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2010.

Tabela 11 – Comparativo das taxas de abandono das duas escolas pesquisadas

Escolas	Taxa de Abandono
Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa Ensino Fundamental - anos iniciais (2010)	3,10%
Escola Recanto Feliz Ensino Fundamental - anos iniciais (2010)	2,10%

Fonte: MEC/INEP/DTDIE, 2010.

A taxa de abandono da Escola Recanto Feliz é **3,6% menor** que a do município de Cruz das Almas, além disso, o Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa apresenta também uma taxa de **2,6% menor** que a do município.

Evasão escolar é o abandono da escola antes da conclusão de uma série ou de um determinado nível. O fenômeno da evasão escolar, conceituado como o abandono da escola pelo aluno durante o ano letivo antes da conclusão de uma série e, conseqüentemente, de um curso. Trata-se de uma verdadeira ameaça à realidade educacional de muitos países do mundo, sendo o Brasil um dos campeões desta situação negativa e vergonhosa (QUEIROZ, 2004).

Segundo Queiroz (2004), os estudiosos têm analisado o fracasso escolar a partir de duas perspectivas: dos fatores externos à escola e a partir de fatores internos. Como fatores externos, a autora relaciona o trabalho, as desigualdades sociais, a criança e a família. E como fatores internos a própria escola, a linguagem e o professor.

A evasão escolar não é um problema restrito aos muros intraescolares, uma vez que reflete as profundas desigualdades sociais existentes em nosso país e se constitui como um problema social, Conforme Bourdieu (**FALTA ANO** *apud* FREITAG,1980).

Tabela 12 - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do município de Cruz das Almas e das escolas municipais.

IDEB	Cruz das Almas
Ens. Fundamental - anos iniciais (2011)	3,9%
Ensino Fundamental - anos finais (2011)	3,2%

Fonte: MEC/INEP. 2011.

Tabela 13 – Comparativo do IDEB das duas escolas pesquisadas

Escolas	IDEB
Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa Ens. Fundamental - anos iniciais (2011)	3,6%
Escola Recanto Feliz Ens. Fundamental - anos iniciais (2011)	4,6%

Fonte: MEC/INEP, 2011

Relacionando o Índice da Educação Básica percebemos que a Escola Recanto Feliz tem uma índice **0,7% maior** que o município de Cruz das Almas, porém o Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa possui um índice de **0,3% menor** que a próprio município.

Vale salientar que a meta para o país, estados e municípios com relação o aumento do IDEB, é conseguir até 2021 a média 6,0 dos países desenvolvidos.

(MEC/INEP).

Os indicadores de desempenho educacional utilizados para monitorar o sistema de ensino no país são, fundamentalmente, de duas ordens:

- a) Indicadores de fluxo (promoção, repetência e evasão) e
- b) Pontuações em exames padronizados obtidas por estudantes ao final de determinada etapa do sistema de ensino (4^a e 8^a séries do ensino fundamental e 3^o ano do ensino médio).

Assim, um indicador de desenvolvimento educacional deve combinar tanto informações de desempenho em exames (Prova Brasil/Enem) padronizados como informações sobre fluxo escolar (aprovação, reprovação e Evasão).

2.1.2 Caracterização dos dados da Aprovação, Reprovação e Evasão dos beneficiários e não beneficiários do PBF do Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa

Tabela 14 - Total de alunos matriculados

Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa					
TURMAS	BF	(%)	NÃO BF	(%)	TOTAL DE ALUNOS
2º Ano	29	41%	41	59%	73
3º Ano	47	60%	31	40%	78
4º Ano	33	44%	42	56%	75
5º Ano	22	47%	25	53%	47
TOTAL	131	49%	139	51%	270

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

Na coleta dos dados não foram contabilizados os alunos do 1^o ano do ensino fundamental, visto que esta série não reprova, segundo a Lei nº 11.274 de 06/02/2006. Logo após esse recorte dos alunos do 1^o ano, apresentamos um total de 270 alunos atendidos nos turnos matutino e vespertino, das séries iniciais do ensino fundamental.

Existe quase uma equivalência percentual entre matrícula de beneficiários e não

beneficiários, porém, a maior parte dos aprovados não são beneficiários do programa BF, não tão expressiva, mas que deve ser analisada no planejamento escolar.

2.2 DADOS REFERENTES À APROVAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS E NÃO BENEFICIÁRIOS DO BF

Tabela 15 – Aprovados BF e não BF do Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa

TURMAS	Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa				
	APROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	38	14	37%	24	63%
3º ano	50	31	62%	19	38%
4º ano	52	18	35%	34	65%
5º ano	47	22	47%	25	53%
TOTAL	187	85	45%	102	55%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011

Verifica-se que o percentual de aprovação é maior aos não beneficiários do programa BF nas turmas do 2º, 4º e 5º ano. Somente na turma do 3º ano do ensino fundamental que os beneficiários do BF apresentaram um melhor rendimento.

Tabela 16 - Dados referentes à Reprovação dos Beneficiários e Não beneficiários do BF

TURMAS	Grupo Escolar Maria Peixoto Barbosa				
	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2º ano	32	15	47%	17	53%
3º ano	28	16	57%	12	43%
4º ano	23	15	65%	8	35%
5º ano	0	0	0%	0	0%
TOTAL	83	46	55%	37	45%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

Os alunos do 2º ano que não são beneficiários tiveram um percentual maior de

reprovados, já com relação aos alunos das turmas do 3º e 4º anos este percentual se elevou para os beneficiários do BF.

Um fator que pode ser considerado relevante na tabela 16, é que houve 0% de porcentagem na reprovação do 5º ano, visto que esses alunos participaram da Prova Brasil (2011) e o baixo índice de reprovação contribui na média do IDEB.

2.2.1 Caracterização dos dados da Aprovação, Reprovação e Evasão dos beneficiários e não beneficiários do PBF da Escola Recanto Feliz

Tabela 17 - Dados referentes quantidade de Beneficiários e Não beneficiários do BF da Escola Recanto Feliz

Escola Recanto Feliz					
TURMAS	BF	(%)	NÃO BF	(%)	TOTAL DE ALUNOS
2º Ano	23	22%	82	78%	105
3º Ano	40	39%	63	61%	103
4º Ano	35	28%	91	72%	126
5º Ano	35	32%	75	68%	110
TOTAL	133	30%	311	70%	444

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

Na coleta dos dados não foram contabilizados os alunos do 1º ano do ensino fundamental, visto que esta série não reprova, segundo a Lei nº 11.274 de 06/02/2006. Logo após esse recorte dos alunos do 1º ano, apresenta-se um total de 444 alunos atendidos nos turnos matutino e vespertino, das séries iniciais do ensino fundamental.

Notou-se um percentual expressivo de 70% dos alunos matriculados que não participam do programa BF e possuem rendimentos percentuais quase equiparados às matrículas variando entre 58% e 76% de aprovação.

Tabela 18 - Dados referentes à Aprovação dos Beneficiários e Não beneficiários do BF da Escola Recanto Feliz

TURMAS	Escola Recanto Feliz				
	APROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2° ano	75	18	24%	57	76%
3° ano	91	38	42%	53	58%
4° ano	89	23	26%	66	74%
5° ano	100	30	30%	70	70%
TOTAL	355	109	31%	246	69%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

Verifica-se que os maiores percentuais de aprovação estão relacionados aos não beneficiários do programa BF em todas as turmas do ensino fundamental. É necessário verificar as dificuldades que estes beneficiários do BF enfrentam em não conseguir um bom rendimento escolar.

Tabela 19 - Dados referentes à Reprovação dos Beneficiários e Não beneficiários do BF da Escola Recanto Feliz

TURMAS	Escola Recanto Feliz				
	REPROVADOS				
	TOTAL	BF	(%)	NÃO BF	(%)
2° ano	30	5	17%	25	83%
3° ano	12	2	17%	10	83%
4° ano	37	12	32%	25	68%
5° ano	10	5	50%	5	50%
TOTAL	89	24	27%	65	73%

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

Com relação aos percentuais de reprovação a maioria dos reprovados não é beneficiária do programa BF.

CAPÍTULO III

3 MÉTODO

O método adotado foi o qualitativo. Trata-se de um estudo de caso do município de Cruz das Almas. Os procedimentos técnicos envolveram a análise aprofundada de dados secundários sobre aproveitamento escolar da rede pública local, estudo de bases de dados do MEC e análise de diários de classe de professores.

O principal procedimento utilizado foi à entrevista em profundidade com mães de estudantes com baixo rendimento escolar. Foi aplicado um roteiro semi-estruturado, dividido em temas relevantes para a pesquisa, a saber: condições materiais da família, composição da família, trajetória escolar das mães, trajetória ocupacional das mães, discussão sobre o aproveitamento dos filhos e relações com a escola das crianças.

É importante esclarecer que o estudo não tem interesse em descobrir a realidade das mães dos estudantes beneficiários do Bolsa Família. Trata-se de pesquisa em algumas escolas de Cruz das Almas, onde se buscou mais do que caracterizar uma situação padrão das mães do Bolsa com filhos na escola, o objetivo foi o de conhecer detalhes das relações das mães com o processo de aprendizagem de seus filhos, considerando os seus poucos anos de escolaridade.

Desta forma, percebeu-se que cada mãe tem uma história diferente, apesar de elementos singulares. De certa forma, as histórias das três mães expressam a realidade sócio-histórica do Brasil e, sobretudo, do Recôncavo e de Cruz das Almas. As vidas individuais não são construídas sem relação com o contexto social mais amplo. Essa relação é observada nas entrevistas, principalmente nas singularidades entre elas.

Certamente, a história da relação escola e mães do Bolsa Família em outras cidades e regiões do país remetem a variáveis diferentes. O importante foi reconhecer o que acontece em Cruz das Almas, considerando a realidade local, a fim de refletir sobre possíveis saídas para o melhor aproveitamento dos estudantes.

Martins (2004, p. 292) explica que a análise qualitativa privilegia micro processos, através dos estudos profundos das ações sociais individuais e grupais. Assim, prossegue a autora, não cabe nessa metodologia a preocupação com a generalização e sim em fazer um estudo de caso, reconhecendo que o resultado das observações são sempre parciais. Destaca ainda a relevância do apoio teórico e empírico para garantir a

validade desses estudos. Com este argumento é possível afirmar que, sem o domínio da discussão teórica, o pesquisador pode perder autonomia na análise e interpretação dos dados, tornando-se refém do senso comum.

A longa revisão da literatura permitiu a construção do objeto de pesquisa de forma a evitar ao máximo a subjetividade da pesquisadora. Não que possa ser possível esta subjetividade não interferir na pesquisa. Na verdade, com a revisão da literatura, buscou-se elaborar a problemática além da visão da pesquisadora, mas por meio do diálogo com os diversos autores que abordam a temática. Por outro lado, as correntes teóricas adotadas informam ao leitor que este estudo tem sim um aporte teórico escolhido. Certamente, a opção por diferentes correntes teóricas levaria a diferente metodologia, construção de pergunta e, assim, a resultados diferentes.

A discussão da literatura também demarca a ancoragem teórica que inspira a investigação. Martins (2004) explica que os efeitos da subjetividade do pesquisador sobre os resultados do estudo pode ser uma crítica aos pesquisadores qualitativos. Porém, em vez de negar essa influência, os estudos qualitativos devem se sustentar em um rigoroso tratamento de dados, possibilitando certo distanciamento do pesquisador com sua própria pesquisa. Este tratamento foi adotado na análise profunda das entrevistas, buscando considerar cada uma delas na sua singularidade e, ao mesmo tempo, o estudo transversal, considerando-as conjuntamente como resultado de um determinado contexto social.

3.1 ENTREVISTAS

3.1.1 Local

A coleta dos dados referente à aprovação, reprovação e evasão relativa ao ano de 2011, foi realizada em duas escolas municipais que atendem as séries iniciais do ensino fundamental. O acesso a estas informações ocorreu através de ofício endereçado à Secretária Municipal de Educação e, após sua autorização, deu-se continuidade ao estudo.

3.1.2 Participantes das entrevistas

Participaram das entrevistas 3 (três) mães beneficiárias do programa BF no município de Cruz das Almas, moradoras de bairros populares. A escolha das entrevistadas teve como foco os alunos com baixos rendimentos escolares e beneficiários do programa BF. Os endereços foram fornecidos pela escola, através das fichas de matrícula.

As autorizações para realização das entrevistas ocorreram de forma oral, onde se informou às entrevistadas que se tratava de uma de conclusão de curso da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia). Explicou-se, também, o objetivo da pesquisa e, logo em seguida, obteve-se a autorização das mesmas para a divulgação das informações sem identificar as entrevistadas.

3.1.3 Dificuldades para realização das entrevistas

Duas dificuldades foram encontradas durante o processo de realização das entrevistas:

- Para encontrar as casas das entrevistadas, pois havia nos locais pessoas com o mesmo nome e sem falar da desconfiança dos vizinhos, pois a presença da pesquisadora não era habitual nas localidades. Quando se encontrava as residências, as

entrevistadas não estavam em suas casas naquele momento e por, este motivo, houve a necessidade de retornar várias vezes para realizar as entrevistas.

- A pesquisadora tentou obter algumas informações através da Secretaria Municipal de Ação social e Trabalho de Cruz das Almas consideradas relevantes com relação ao perfil das famílias cadastradas no CadÚnico e das beneficiadas pelo programa BF no município de Cruz das Almas do ano de 2011. Por várias vezes se buscou, através de documentos formalizados, os dados necessários à pesquisa, mas só foi possível falar com a Coordenadora do Programa BF e responsável pelo gerenciamento das informações no CadÚnico. A referida Coordenadora marcou por vezes a data de entrega destes dados e, quando a autora deste estudo comparecia na secretaria nos dias marcados, não obtinha êxito.

3.1.4 Caracterização das entrevistadas

Entrevistada 1

Esta entrevistada é negra, 28 anos, 5 filhos, casada e o seu esposo trabalha na limpeza pública (gari), atualmente mora no Areal (bairro popular e violento). Ela veio da zona rural para morar na zona urbana de Cruz das Almas na pré adolescência, após o falecimento do pai, pois a mãe não achou apoio para continuar na roça com os 6 filhos.

A casa era muito simples, em uma rua de terra, na frente havia mato e alguns animais. Primeiro foi localizada a casa de seus irmãos, que guiaram até a casa da entrevistada. O contato ocorreu por volta das 10h. A casa dos irmãos era muito simples, um deles estava embriagado e se percebeu que esse estado não parece anormal.

Havia pouco tempo que a entrevistada residia naquela casa e estava buscando alternativas para o sério problema de saúde de seu filho mais novo, ainda bebê. A criança corria risco de vida, já tinha sido atendida no hospital público em Feira de Santana e em vários outros lugares na região, mas a situação ainda se mantinha. A entrevistada estava muito preocupada com a situação do filho e se empenhando, como podia, para resolver o problema. Além da frágil qualidade do serviço de saúde pública disponível, ela sofria com a falta de transporte.

A família vivia em condições precárias. As crianças estavam mal-vestidas, descalças. Os móveis eram simples e raros, a casa, escura. Ela confessou que em algumas situações buscava apoio dos vizinhos e amigos para alimentar a família.

História de vida

A mãe nasceu na roça, mudou para cidade junto com a família, após a morte do pai. Segundo ela, a mãe teve conflitos com os vizinhos e a situação na roça era precária, a mudança para a cidade foi a melhor alternativa. Ela contou que na cidade é possível apanhar alimentos na feira e pedir ajuda para os amigos e vizinhos. Na roça as pessoas não ajudavam.

Ela começou a trabalhar aos 14 anos, na roça, ajudando os pais na plantação de fumo. Trabalhava o dia todo, de manhã cedo até 10h, quando o sol esquentava, retomando à tarde, quando esfriava um pouco. A mãe dava dinheiro para ela comprar objetos íntimos, como calcinhas e também comprava roupa para as filhas.

A mãe dela não estudou, nem assinava o nome, mas queria que ela estudasse.

Porém, sua história com a escola não foi feliz, ela apenas aprendeu o seu nome e algumas letras. Aos 15 anos começou a namorar e abandonou a escola. Ela ainda tentou voltar a estudar em Cruz das Almas, já casada e com filho, mas o marido desestimulou, dizendo que ela devia cuidar da família. Além disso, o caminho para a escola era perigoso, tinha assaltantes. Todavia, o fato mais importante para a sua desistência foi a dificuldade para aprender. Ela não conseguiu memorizar ou entender, sentindo-se responsável pelo fracasso. Ainda se preocupava com a professora que ficara chateada com a desistência dela. Isso talvez tenha sido determinante. Ela repetiu várias vezes, mantendo-se na 2ª série. Atualmente, a entrevistada se diz incapaz de aprender, pois se não aprendeu jovem, “velha” parecia impossível.

Hoje ela não trabalha, o marido sustenta a família, além do BF. Ela contou que não vale à pena trabalhar fazendo faxina, porque pagam muito pouco. Disse que pagam 20 reais para fazer todo o serviço, inclusive arear panela. Então, é melhor ela cuidar dos filhos.

O Bolsa Família é fundamental para eles, com o dinheiro compram remédio, material para escola e comida. Ela tem quatro filhos, todos vão para a escola. Porém, o mais novo não vai à aula há 10 meses e ela imagina que o benefício será suspenso por isso.

Escola

A mãe contou que o filho briga na escola e também foi reprovado. Daí o pessoal sugeriu que ela encontrasse outra escola, mas ela o manteve lá mesmo, porque não encontrou outra. A sugestão partiu do fato de o garoto ter sido reprovado por quatro vezes.

A mãe explica que sempre precisa chamar a atenção do filho, pois ele é desleixado. Ela gosta da diretora e das professoras, que tratam bem e fazem o que podem, inclusive conseguem fardas para quem não tem.

Ela quer que os filhos frequentem a escola e aprendam. Isso porque a escola pode dar a eles o direito de escolherem seus futuros, coisa que ela não pode, porque não estudou. A entrevistada relaciona fortemente a escola com a possibilidade de comando sobre a própria vida. Para ela, a falta da escola fez com que não tivesse comando sobre a vida dela.

Ela contou que é rigorosa com os filhos, exigindo que estudem, do contrário,

eles podem apanhar, serem castigados, levados ao juizado de menor e outras ameaças. A sua estratégia é vencer pelo medo. Segundo conta, as professoras recriminam o seu jeito, que pode ter resultado contrário. Mas a entrevistada acredita que esse é o único modo de obrigar o compromisso dos filhos. Ela disse estar disposta a bater violentamente nos filhos, independente de vir a ser penalizada pela Justiça, porque ela não encontra outra saída e teme perder controle sobre eles. Daí, quando os filhos chegam com reclamação dos professores, ela sente vontade de “quebrar a cara” deles.

Os filhos são repetentes e ela não avalia a distorção série-idade de forma negativa, pelo contrário, é melhor que eles permaneçam anos na mesma série e aprendam do que ir para a outra sem aprender.

Ela tem dificuldade para acompanhar as lições dos filhos. Um deles frequenta o PETI, onde brinca, longe da rua, e também um projeto chamado Banca, no qual o estudante tem apoio de educadores para realizar as tarefas da escola. Esse projeto foi descrito como positivo, porque o rendimento do menino melhorou muito. Assim, ele fica ocupado o dia todo, sem permanecer na rua, perigosa no bairro. Pois ali há tráfico de drogas e assassinato de jovens.

Sua grande preocupação é evitar que seus filhos passem pelas mesmas dificuldades que ela enfrentou.

A entrevistada criticou professoras que comentam que há estudantes que só frequentam escola por causa do Bolsa Família. Para a entrevistada, seus filhos iriam para a escola de qualquer jeito, mesmo sem o benefício.

Entrevista 2

Negra, 41 anos, 4 filhos, casada, o esposo trabalha como torneiro mecânico (semianalfabeto), atualmente reside próximo à feira livre de Cruz das Almas (bairro popular). Os pais moraram na zona rural, porém, desde criança ela morou na referida cidade.

A casa simples, mas bem organizada e em uma rua calçada, a entrevista aconteceu às 14h na casa de uma das filhas que acabou de dar a luz, aos 16 anos de idade.

Ajudava a mãe no trabalho com o fumo “eu pegava assim, trouxa de fumo, pegava assim estalava trouxa dentro de casa, mas não trabalhava fora não, e eu minha mãe pegava fumo para estalar”.

História de vida

Os pais viveram na roça. A mãe sabia ler e escrever um pouco, o pai, ela não sabe se estudou. Ele morreu aos 66 anos, sem que ela nunca soubesse se o pai foi para escola. Ela não se interessou sobre a escolaridade dele. A mãe estudou até o 3º ano. A família se compunha de oito filhos, ela é a mais velha, e somente ela completou os estudos. Ela abandonou a escola aos 15 anos, mas aos 30 retornou e completou. Sente-se muito orgulhosa por isso e ainda pretende ingressar num curso superior. Chamou todo mundo para a formatura e enfatizou que, quando adolescente, sempre se interessou pelos estudos, saindo-se bem.

Quando garota trabalhou em casa, fazendo trouxa de fumo para vender. Aos 16 anos nasceu sua primeira filha, esse foi o motivo de abandonar a escola.

Atualmente trabalha como diarista três dias por semana. Mas não quer terminar sua vida cuidando de casa de família, por isso quer dar continuidade aos estudos e dar vida melhor para o filho de 11 anos.

A entrevistada discorreu longamente sobre as diferenças nas relações entre mãe e filhas no tempo em que ela era criança e atualmente. Ela disse que antes não havia diálogo, a mãe não explicava nada sobre a vida. Então, ela e as irmãs foram aprendendo sozinhas, vivendo, sem poder pensar. A gravidez precoce se explica por isso. A de sua filha não, porque hoje as garotas são informadas, fazem sabendo as consequências dos atos. Ela contou que a sua mãe foi criada por uma tia, que não podia ter filho. Essa tia pediu ao pai da mãe da entrevistada para que cedesse um de seus filhos para ela criar. O pai escolheu a mãe da entrevistada e a deu. Segundo a entrevistada, isso deve ter magoado a sua mãe, que nunca estabeleceu estreitas relações com as filhas, inclusive deixando de ser carinhosa. Ela sugeriu que age diferente com seus filhos, buscando conversar e trocar informações.

Escola

Ela preferia que os filhos estudassem em escola privada, porque na pública falta tudo: professor e interesse. O filho dela tem 11 anos, está na 3ª série, e não sabe ler nem escrever direito. Ela acredita que seria melhor se pudesse colocá-lo em escola particular.

O filho tem dificuldades de aprendizagem, diferente de suas duas filhas. Ele frequenta banca: uma conhecida dela recebe da prefeitura para trabalhar com o garoto.

Porém, ele não é interessado. A mãe remete o problema ao pai, que nunca gostou de estudar. O pai é torneiro mecânico, a família teve relação com política local. Ela pareceu criticar esse comportamento do pai em não incentivar o filho. A professora costuma relatar as dificuldades do menino para ela.

A filha dela, de 16 anos, acabou de dar a luz. Vai parar de estudar. A garota parece repetir os passos da mãe, que discorda da opção da filha em parar os estudos, porque ela tem a mãe e a sogra para cuidar da criança. Sua esperança é que a garota retorne, todos insistem que seria o melhor para ela.

A entrevistada relata que atualmente o ensino é muito diferente, mais difícil. O conteúdo, a forma, tudo mudou. Ela elogiou a atenção de seus professores, pois, mesmo durante a greve, fizeram de tudo para que ela aprendesse. O problema apontado não está nos professores, mas nos adolescentes que não se interessam, apesar de hoje ser melhor do que quando ela era adolescente. Na sala de aula, constatou que os garotos fazem bagunça. E sabe que o seu filho também é assim, reúne com colegas e rasgam os cadernos para fazerem bolinhas de papel e jogarem durante a aula. Para ela, um dos problemas é a diferença de gênero, já que os meninos são mais inquietos. A mãe deixa muito claro que está vivendo um drama com a situação de seu filho na escola, sobre o qual não tem nenhum controle.

Entrevistada 3

Parda, 30 anos, 3 filhos, solteira, reside no Areal (bairro popular), estudou até a 3ª série. Veio de São Paulo para Cruz das Almas após o falecimento da mãe, quando a mesma tinha 3 anos de idade. “Sou de São Paulo, vim pra Cruz das Almas depois que minha mãe entrou em óbito, aí meu pai trouxe a gente pra morar aqui”.

A entrevista ocorreu às 15h no Restaurante Popular, onde a entrevistada trabalha atualmente para garantir o sustento dos filhos.

História de vida

A entrevistada abandonou a escola na 3ª série em Cruz das Almas. Ela veio de São Paulo para a cidade que mora atualmente muito nova, após a mãe falecer. Como a família do pai era da cidade que ela reside, ele resolveu voltar. Em Cruz das Almas, ele passou a viver com uma mulher. A entrevistada se relacionava bem com a madrasta, mas tinha problemas como pai, então ela se mudou para a casa de uma tia. Começou a

trabalhar com dez anos de idade e aos 17 anos, ela teve sua primeira filha. Trabalhou em restaurante, como babá e doméstica. Adulta, tentou voltar a estudar, no Projovem, mas não deu certo, porque teve que cuidar dos filhos, pois não tinha quem ficasse com eles no horário da aula.

O Bolsa Família ajuda muito o orçamento doméstico. A entrevistada vive sozinha com os filhos. Já teve dois companheiros, pais de seus filhos, porém, não deu certo. Com o último, ela chegou a enfrentar situações de violência. Uma das filhas ficou muito doente e o benefício foi fundamental, pois, sem ele, não teria conseguido pagar exames e procedimentos médicos. Ela ainda contou com o apoio do padrinho da menina, que tem boas relações políticas no município. Sem isso, o tratamento também poderia ter sido ameaçado.

Escola

Essa entrevistada confessou que, se pudesse, pagaria uma escola particular para as filhas. Para ela, a filha mais nova está bem, a mais velha é que oferece problema. A explicação seria um problema de doença. A menina sofreu paralisia no rosto e ficou dois anos fazendo tratamento, sem ir para a escola, porque a boca ficou torta. A mãe investiu no tratamento da menina, que hoje está fisicamente recuperada, embora ela desconfie que resta algum problema, que se manifesta no aproveitamento escolar.

Segundo ela, a menina às vezes fica parada, olhando para o nada. Além disso, parece ter raciocínio muito lento, afetando os estudos. A mãe reconhece que a menina se esforça, mas não supera o problema. A mãe deixa claro que está sem saber o que fazer com a situação.

A entrevistada também está preocupada com o filho, inquieto e rebelde. O garoto tem 10 anos e ela tenta conseguir uma banca para ele (gratuita). Ela paga uma taxa para colocar o menino no karatê para que ele fique mais ocupado. Então, ele vai para a escola, para a banca e depois para o karatê. O cuidado com o menino tem exigido mais dela do que com as meninas.

CAPÍTULO IV

4 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

As entrevistas permitem compreender detalhes sobre as dificuldades das mães com pouca escolaridade no acompanhamento dos seus filhos.

Em primeiro lugar, percebe-se que as mães sofreram impedimentos para frequentar e concluir os estudos. Os principais motivos relatados foram a gravidez e o trabalho precoce. Nas famílias pobres do país, o trabalho precoce ainda é um desafio que ameaça a formação dos futuros cidadãos. Décadas atrás, este era um fato comum, mais comum do que criança pobre não trabalhar.

Todas as três relataram que seus pais não estudaram ou estudaram poucos anos, menos do que elas. Assim, constata-se o processo de massificação do acesso à rede pública na história de três gerações das famílias.

A gravidez precoce interfere na escolaridade. Porém, vale ressaltar que esse fenômeno permanece como um fato comum na sociedade de Cruz das Almas. Todavia, de forma diferente, uma das mães explica que ao engravidar ela não entendia sobre seu corpo, que sua genitora não explicou sobre as possibilidades de engravidar. Atualmente ela conversa e informa a filha. Certamente esta situação transforma o fenômeno.

Diferente dos estudos franceses, as mães da referida cidade demonstraram boa relação com a escola, professores e diretores. Não destacam diferenças de padrões de valores e comportamento tão gritantes como no caso europeu. Aliás, é importante observar que, se há essa diferença descrita por Thin, talvez seja importante valorizar o lado positivo da escola. Isso fica claro no modo de socialização da primeira mãe, ancorado na ameaça, no medo, na violência.

Talvez seja melhor o predomínio do modo escolar. É certo que essa atitude resulta do pouco conhecimento adquirido e, sobretudo, pela falta de controle sobre o filho e as consequências sobre a vida dele e da família, caso o menino enverede pela violência que assola o bairro. É importante esclarecer que os métodos que ela aprendeu com a dureza de sua vida, com sua mãe, parecem não serem mais eficazes na educação das crianças atualmente. Ela provavelmente respeitou mais as imposições de sua mãe do que seu filho parece disposto nos dias de hoje. Essa dificuldade de socialização também aparece nas outras duas entrevistas, todas voltadas para o caso dos filhos homens.

Em virtude de valores e papéis de gênero fortemente vigentes hoje, os meninos estão provocando problemas com o aproveitamento escolar, inclusive no comportamento rebelde. É certo que as professoras costumam valorizar o lado “doce” das meninas, estimulando – de forma inconsciente – a rebeldia masculina e os índices mais baixos de aproveitamento do que as meninas. Porém, esta pesquisa não buscou aprofundar essa questão, mas sim os possíveis efeitos da escolarização das mães sobre o aproveitamento dos filhos. Este tema deve ser abordado por outras pesquisas.

Os poucos anos de escolaridade das mães e a falta de experiência com o processo de aprendizagem demonstram a necessidade de investimentos do governo em programas para escola em tempo integral, ações como a banca, que se não foi positivo para duas mães, para a primeira foi importante. O que não parece possível é deixar a aprendizagem sob responsabilidade das mães, que não tiveram experiência anterior e que se sentem amarguradas com a necessidade de solucionar problemas para os quais elas não estão preparadas.

A questão de saúde parece atravessar as famílias, incidindo sobre o aproveitamento escolar. Fica claro que o município não oferece bom atendimento na saúde pública, além da falta de transporte, sem o qual não é possível ser atendido por um médico. Desta forma, questiona-se a proposta da intersetorialidade do BF, que ainda parece ter que ser muito bem desenvolvida.

A proposta de que pobreza não se limita ao problema de renda está bem explicitada pela vida das três entrevistadas. Só a renda não resolve o drama da vulnerabilidade. A saúde se revela como um dos maiores dramas, que segue com atenção precária. Dentro da proposta do BF, os problemas de saúde registrados pelos profissionais da escola deveriam ser abordados pelos profissionais das Secretarias de Saúde e de Assistência. Mas a realidade é que as mães têm que se virar sozinhas e buscar auxílio privado para cuidar da saúde dos filhos e delas próprias.

É certo que três entrevistas trazem material ainda não extenso para conhecer profundamente a vida das beneficiárias e os problemas com a escolaridade dos filhos. Porém, os resultados alcançados respondem às demandas de um trabalho de conclusão de curso e aponta para a necessidade de novos estudos, mais profundos.

Constata-se que a pouca escolaridade das mães, aliada à precariedade das famílias, impacta negativamente no desempenho das crianças. Não se descarta problemas que ocorrem na escola, da formação dos educadores, da infraestrutura

escolar, etc. Mas este estudo se comprometeu a analisar o caso da educação materna e os resultados confirmam a hipótese que orientou a formação da pergunta de pesquisa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os poucos anos de escolaridade das mães e a falta de experiência com o processo de aprendizagem demonstram a necessidade de investimentos do governo em programas para escola em tempo integral.

O objetivo desse estudo foi contribuir na abordagem de fatores que dificultam o alcance dos objetivos propostos pelo PBF. Estes desafios encontrados servem para o aperfeiçoamento da gestão municipal, bem como do próprio Programa Bolsa Família, na perspectiva de reforçar a gestão intersetorial e intergovernamental das políticas de assistência social, saúde e educação para as famílias mais pobres.

Não se pretende, com esta pesquisa, generalizar as informações, mas foi possível verificar que a escolarização e o acompanhamento das mães influenciam no in (sucesso) escolar de seus filhos.

Estes desafios da gestão municipal não se esgotam em si, mas se desdobram em muitos outros que dizem respeito à forma de estruturação de um sistema em rede de Proteção Social (entres as Secretarias de Educação, Saúde e Ação Social) que vá além da transferência de renda e que proporcione a emancipação dessas famílias beneficiárias atendendo às suas necessidades sociais.

Toda a problematização realizada no decorrer desta pesquisa ergueu-se na tentativa de compreender, interpretar e analisar criticamente o PBF, os significados que ele assume na vida das mães beneficiárias do município de Cruz das Almas e de que forma os efeitos dessa escolarização contribuiu para o (in) sucesso escolar de seus filhos.

De acordo com os depoimentos das mães do PBF: “o bolsa ajuda bastante”, porém, esta melhora de vida não amplia os direitos sociais das famílias beneficiárias, dá-se em um nível muito superficial, ficando restrito ao atendimento, de forma emergencial, das necessidades mais urgentes das famílias, conforme relatado: a alimentação, o material escolar, um remédio, exame ou o vestuário para as crianças, o pagamento de uma conta de água ou energia, entre outros. Necessidades estas compreendidas de forma ampla, em que a superação da precária condição material das famílias é resultado do acesso a direitos sociais básicos que são garantidos

constitucionalmente. Estes desafios se materializam também na dificuldade em se estabelecer uma estratégia de enfrentamento da pobreza que seja sustentável ao longo do tempo e que permita auferir resultados consistentes no longo prazo.

A reflexão das entrevistas direcionado às questões propostas neste estudo, permitiu pontuar neste estudo alguns aspectos fundamentais a respeito dos limites e potencialidades do Bolsa Família e a importância dos programas complementares para que o PBF continue a ser o maior programa de transferência de renda da América Latina.

REFERÊNCIAS

AMARAL, CCG. **Família às Avessas: gênero nas relações familiares de adolescentes.** UFC: Fortaleza, 2001.

BOGDAN, *et. al.* **Investigação qualitativa em educação.** Trad. Maria João Alvarez *et. al.* Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº. 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 jun. 2007b. Retificado no DOU de 22 jun. 2007.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. Cadernos de Orientações Técnicas do PAIF. **Orientações para o acompanhamento das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família no âmbito do Suas.** Brasília: MDS, 2006.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

_____. Decreto nº. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

_____. Lei nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. . Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 12 ago. 1971.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996b.

_____. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 4 nov. 2012.

CARDOSO, Priscila F. G. Metodologia. In: **Relatório de monitoramento e avaliação – PROASF.** São Paulo: CEDECA/IBEAC, 2005.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant de. O lugar da família na política social. In: **Relatório de monitoramento e avaliação – PROASF: A família contemporânea em debate.** 4 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CARVALHO, Maria. Eulina. P. de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. **Cadernos de Pesquisa.** São Paulo, n. 110 p. 110,144-155, jul de 2000.

Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000200006&script=sci_arttext> Acesso em 23 mar 2012.

CARVALHO, Marília P. de. No coração da sala de aula: gênero e trabalho docente nas séries iniciais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 109, p. 47-63, mar. 2000. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742000000100011&script=sci_arttext> Acesso em 10 Abr 2012.

DRAIBE, S. Brasil, anos 90: as políticas sociais no marco das reformas estruturais. São Paulo: Unicamp/Nepp, 1994. (Relatório).

FALCÃO, J. T. da R.; RÉGNIER, J. Sobre os métodos quantitativos na pesquisa em ciências humanas: riscos e benefícios para o pesquisador. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v. 81, n. 198, p. 229-243, maio./ago. 2000.

FREITAG, Bárbara. **Escola, Estado e Sociedade**. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1980.

KALOUSTIAN, S. M. (Org.) **Família Brasileira: a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994.

LAHIRE, B. **O Sucesso escolar nos meios populares: as razões do improvável**. São Paulo: Ática, 1997.

LEON, F. L. L.; MENEZES-FILHO, N. Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v.32, n.3, p.417-451. 2002.

MARSHALL, T. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Manual de Gestão de Condicionalidades**. Brasília – DF. 2006.

NOGUEIRA, Maria Alice. A construção da excelência escolar – Um estudo de trajetórias feito com estudantes universitários provenientes das camadas médias intelectualizadas. In: NOGUEIRA, M.A. ; ROMANELLI, G. ; ZAGO, N. (orgs). **Família e escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 125-154.

_____. **Elites econômicas e escolarização: um estudo de trajetórias e estratégias escolares junto a um grupo de famílias de empresários de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. **A Assistência Social na perspectiva dos direitos: crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil**. Brasília: Thesaurus, 1996.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escola**. 2004. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 22 nov. 2007.

SARTI, Cynthia A. **A Família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres.** Campinas:Autores Associados, 1996.

_____. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, Maria do Carmo B. de (org.). **A família contemporânea em debate.** São Paulo: EDUC/Cortez, 2003, p. 37-49.

SCHULTZ, T. (1988). **Education investment and returns.** In: CHENEY, H.; SRINIVASAM, T., editors, Handbook of Development Economics. North-Holland, Amsterdam.

SINGLY, F. de. **L'appropriation de l'héritage culturel.** Lien social et politiques, Printemps, 1996, n° 35.

SILVA, M. O. da S. O Programa Bolsa Família nos marcos da luta contra a pobreza no Brasil. [S.I]: [s.n], 2006.

SILVA, Maria Ozanira da S. de (org). **Renda Mínima e Reestruturação Produtiva.** São Paulo, Cortez, 1997.

_____. Os programas de transferência de renda e a pobreza no Brasil: superação ou regulação? **Revista de Políticas Públicas.** [S.I], v.9, n.1, 2005. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufma.br:8080/jspui/handle/1/165>> Acesso em 15 Mai 2012

SOARES, Sergei. Trabalho bate Bolsa-Família na redução da desigualdade. **Jornal Folha de S.Paulo online**, São Paulo, 05 de março de 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/foiha/brasil/ult96u76227.shtml>> Acesso em: 02 Mar 2013.

SOUZA, Ângelo R. de. **A Escola, por dentro e por fora: a Cultura da Escola e o Programa de Descentralização Financeira em Curitiba-PR.** 2001. Dissertação de Mestrado em Educação – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio.** São Paulo: Comp. Ed. Nacional, 1967.

THIN, Daniel. Para uma análise das relações entre famílias populares e escola: confrontação entre lógicas socializadoras. **Revista Brasileira de Educação.** [S.I.], v. 11, n. 32, p. 211-225, maio/ago. 2006.

TODOS pela Educação. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <[projetos_governanca_estatuto Todos pela educação. pdf](#)>. Acesso em: 10 jun. 2012.